



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

Ata da 121ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.

Data: 10 de novembro de 2015, às 13h30min.

Local: Auditório Centro de Referência da SEMMA - Secretaria Municipal do Meio
Ambiente -

Av. José Correia Machado, 900 - Bairro Ibituruna - Montes Claros/MG.

1 Aos 10 de novembro de 2015, às 13h30min, reuniu-se a URC – Unidade 1 Regional
2 Colegiada do Norte de Minas, no Auditório Centro de Referência da SEMMA -
3 Secretaria Municipal do Meio Ambiente - Av. José Correia Machado, 900 - Bairro
4 Ibituruna - Montes Claros/MG. Participaram os seguintes membros Conselheiros
5 Titulares e Suplentes: como Presidente Ângelo Márcio Gomes de Melo,
6 Superintendente da SUPRAM Jequitinhonha; Secretaria de Estado de Agricultura,
7 Pecuária e Abastecimento – SEAPA: 1º Suplente: Reinaldo Nunes de Oliveira;
8 Secretaria de Estado de Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais - SEDINOR:
9 Titular: Juliana Veríssimo Pacheco; SEDRU; 1º Suplente: Felix Vinicius Froes
10 Medeiros; Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP: 2º Suplente:
11 Leander Efren Natividade; Procuradoria Geral de Justiça – PGJ: Titular: Daniel
12 Oliveira de Ornelas; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
13 Renováveis – IBAMA: 1º Suplente: Ney de Magalhães Barbalho; Prefeitura Municipal
14 situada na área de abrangência da URC; 1º Suplente: Edvaldo Marques Araújo; Comitê
15 de Bacia Hidrográfica dos rios Jequitaí/Pacuí – SF6: 2º Suplente: Robson Rafael
16 Andrade; Federação das Industriais do Estado de Minas Gerais – FIEMG : Titular: Ézio
17 Darioli; Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – FAEMG, atuando na
18 região de abrangência: Titular: Juvenal Mendes Oliveira; Federação dos Trabalhadores
19 na Agricultura do estado de Minas Gerais - FETAEMG: Lindon Batista Neves;
20 Federação das Associações Comerciais, industriais, Agropecuárias e de Serviços do
21 Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS: Titular: Edilson Torquato; Associação
22 Brasileira de Engenharia Sanitária: 1º Suplente: José Ponciano Neto; Representantes de
23 entidades civis representativas de categorias de profissionais liberais ligadas à proteção
24 do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida: Titular OAB: Wellington Ricardo
25 Tavares Cardoso; Representante de entidade ambientalista legalmente constituída no
26 Estado para proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, assim cadastrada no
27 cadastro Estadual de Entidades Ambientistas – CEES, nos termos da Resolução
28 SEMAD nº 1.573, de 26 de Abril de 2012: Titular: Sóter Magno Carmo; ;
29 Representantes de não-governamentais com mandatos vigentes em Conselhos
30 Municipais de Meio Ambiente – CODEMA's: Titular: Renan Laughton Milo.
31 Estiveram também presentes Aramis Mameluque Mota, Superintendente da SUPRAM
32 NM, Yuri Rafael de Oliveira Trovão, Diretor de Controle Processual da SUPRAM NM,
33 e técnicos da SUPRAM NM.
34 O **Presidente Ângelo Márcio Gomes de Melo**, Superintendente da SUPRAM
35 Jequitinhonha declara aberta a 121ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada
36 Norte de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM –, no dia 10 de
37 novembro de 2015, às 13h40min, no auditório do Centro de referência da SEMMA –
38 Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Av. José Correia Machado, 900 - Bairro



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

39 Ibituruna - Montes Claros. Convida todos para, de pé, ouvirem o Hino Nacional
40 Brasileiro.

41 **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.**

42 **2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e**
43 **Desenvolvimento Sustentável, em exercício, Dr. Nalton Sebastião Moreira da Cruz.**

44 O **Presidente** passa ao item 3 da pauta

45 **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos gerais.**

46 O **Presidente** abre a palavra aos Conselheiros. O **Conselheiro Daniel Oliveira de**
47 **Ornelas**, representante da Procuradoria Geral de Justiça, diz que quer fazer dois
48 destaques. Lamenta imensamente o incêndio que está ocorrendo no Parque Estadual da
49 Lapa Grande. Diz que chegou a supor que essa reunião pudesse ser adiada em razão de
50 algum Conselheiro atuar na brigada de incêndio ou auxiliando de alguma forma seja a
51 Polícia Militar ou outros mais no combate a mais uma tragédia que acontece aqui na
52 região tão castigada pela falta de água pela falta de chuva e pela degradação ambiental.
53 Diz que outro ponto é a tragédia ocorrida em Mariana, na Mineradora Samarco, com o
54 rompimento da barragem que ocasionou o maior desastre ambiental da história de
55 Minas Gerais, cujos impactos são sequer mensuráveis até o momento. Diz que o
56 Ministério Público criou uma força-tarefa para atuar, intervir nesse caso de maneira
57 prioritária, com vários Promotores Coordenadores Regionais de Meio Ambiente, pelo
58 Núcleo de Combate a Crimes Ambientais, Núcleo de Resolução de Conflitos
59 Ambientais, apoio de órgãos especializados em realização de perícia. Diz que, com
60 certeza, a atuação do Ministério Público nesse caso será de procurar a reparação do
61 dano ambiental, reparação das famílias, da sociedade como um todo, no que for possível
62 fazer. Diz que esse acidente serve de reflexão para todos, principalmente os
63 Conselheiros desta Unidade Regional Colegiada, para por a mão na consciência, parar,
64 refletir sobre o que se decide aqui a cada mês. Diz que, muitas vezes, e é o que tem visto
65 pelo menos nos últimos meses, vem-se tratando de processos de licenciamento
66 ambiental de forma açodada em razão de motivos outros que não o meio ambiente, seja
67 em razão de licitações que vão ocorrer em determinado prazo, seja em razão da própria
68 crise hídrica, seja em razão de verbas empenhadas que são necessárias para que
69 determinado empreendimento funcione. Frisa que queria que todos refletissem, e aí
70 também incluindo a SUPRAM com a equipe técnica e jurídica, para que nas análises
71 dos próximos processos, se dê tempo, se dê tranquilidade para que a equipe da
72 SUPRAM possa analisar com a devida calma. Diz que não adianta impor um problema
73 geral fora do licenciamento ambiental para que técnicos analisem, em espaço curto de
74 tempo, empreendimentos que, muitas vezes, foram protocolados não por motivo de uma
75 gestão atual, mas, sim, em razão de conjectura outra que não propriamente dita do
76 licenciamento ambiental. Destaca que, mais que isso, os Conselheiros aqui presentes
77 têm que ter a consciência de que têm que votar com tranquilidade. E, para isso, o
78 Parecer Único tem que ser elaborado com calma por essa equipe técnica e jurídica, para
79 que não se seja açodado para decidir, possa ter embasamento técnico qualificado e ter
80 tranquilidade de que a decisão seja a mais adequada para o meio ambiente e para o
81 desenvolvimento sustentável. Diz que esse caso específico de Mariana demonstrou que,
82 ainda tendo sido levantados os problemas com a barragem em 2013, mesmo assim a
83 tragédia aconteceu, a licença foi deferida. Diz que serve para todos refletirem e, quando
84 forem decidir, tenham a tranquilidade, principalmente se a equipe técnica e jurídica
85 tiverem o tempo adequado para fazer a análise e emitir o parecer. **Um Conselheiro** que
86 não se identifica diz que faz suas as palavras do Conselheiro Daniel, e traz para essa



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

87 reunião um caso de Montes Claros, que leu, viu não sabe onde, de umas dinamites que
88 foram colocadas, não sabe se com recomendação técnica, na saída de Januária, e não se
89 teve como retirá-las. Diz que a estrada foi fechada. Não sabe como está a situação lá.
90 Diz que parece que a coisa está longe, mas ela está pertinho da gente também. O
91 **Conselheiro Ézio Darioli**, representante da FIEMG, diz que, a pedido do pessoal da
92 região do Alto Rio Pardo que está encaminhando uma moção aos Conselheiros, que
93 deve chegar até a SUPRAM. É uma moção dos maçons da Loja Maçônica Deus e
94 Liberdade nº 132 do Oriente de Taiobeiras. É uma manifestação do povo de Taiobeiras
95 e região referente à situação calamitosa que enfrentam em função da seca e falta de
96 água. Só agora estão começando a pegar água na barragem de Salinas. Diz que vai fazer
97 a leitura, porque acha importante que todos conheçam essa manifestação. “Moção de
98 apelo dos Maçons da Loja Maçônica Deus e Liberdade II nº 132 – Oriente de
99 Taiobeiras/MG - Aos Senhores Conselheiros – COPAM Norte de Minas. Senhores
100 Conselheiros, os membros da Loja Maçônica Deus e Liberdade II nº 132 – Oriente de
101 Taiobeiras/MG, abaixo assinados, vêm à presença deste conceituado órgão solicitar
102 atenção especial no sentido de contribuir para que o processo de licenciamento da
103 barragem de Berizal seja aprovado o mais urgente possível, pois, conforme relatórios
104 fotográficos anexos, a situação é de calamidade em toda a bacia do Rio Pardo, nos
105 municípios de Berizal, Indaiabira, Ninheira, Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso e
106 Taiobeiras, integrantes da bacia mineira do Rio Pardo (Vale do Alto Rio Pardo), no
107 Norte de Minas Gerais. Somente a licença de implantação aprovada permitirá que o
108 DNOCS e o Governo possam iniciar as obras que já estão paralisadas há vários anos e
109 com investimentos de recursos públicos em torno de 40% do montante para a conclusão
110 da obra. Sabedores dos entraves burocráticos e também da necessidade da LI (Licença
111 de Instalação) para que o empreendedor consiga dar continuidade nas obras. Enquanto
112 isso a população desta região composta por mais de 200.000 habitantes sofre a escassez
113 de água. Atualmente a cidade de Taiobeiras com mais de 30.000 habitantes está sendo
114 abastecida com caminhões-pipa. Pelo exposto, esperamos que a união de todos, homens
115 livres e de bons costumes, lutando pelos interesses dos cidadãos de nossa região,
116 possam sensibilizar os ilustres Conselheiros e demais autoridades que receberem esta
117 moção, para um rápido atendimento ao pedido de construção da barragem de Berizal.
118 Os Maçons e a população da região Norte Mineira afirmam que a paralisação da
119 construção da dita barragem está causando incalculável prejuízo financeiro ao erário
120 público pela deterioração das obras já executadas, bem como causando deficiência
121 social, econômica e política ao Vale do Alto Rio Pardo. Portanto, essa obra é vital para
122 o desenvolvimento e sustentabilidade hídrica humana e de irrigação de toda a
123 microrregião composta pelos municípios de Águas Vermelhas, Berizal, Cural de
124 Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novo
125 Horizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio
126 do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo. Por
127 conseguinte, a conclusão da barragem de Berizal trará um sensível desenvolvimento
128 para os municípios acima citados, destacando-se aqueles que se beneficiarão
129 diretamente, como Berizal, Indaiabira, Ninheira, Rio Pardo de Minas, São João do
130 Paraíso e Taiobeiras. Vale lembrar que a aludida barragem está localizada na área do
131 Polígono da Seca, em Minas Gerais, onde há um grande déficit pluviométrico, o que
132 aumenta o sofrimento de toda a região com a falta de água para o abastecimento das
133 residências e o consumo dos animais. Ao juntar as fotografias em anexo, pretendemos
134 sensibilizar e mostrar às autoridades o sofrimento e o prejuízo acarretados aos pequenos



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

135 pecuaristas e agricultores, em decorrência da prolongada estiagem que se abateu sobre o
136 Norte de Minas desde 2011 e que, se a barragem de Berizal estivesse concluída, não
137 haveria uma situação deplorável como esta. A consequência da prolongada seca está
138 mostrada nas fotografias onde se vê o estado da construção da barragem, o leito do Rio
139 Pardo, os moradores abrindo cisterna, o gado bastante magro pela falta de alimento e
140 morrendo por falta de água para matar sua sede. O ano de 2015 está sendo o mais seco
141 de que se tem notícia. De acordo com informações da EMATER, a precipitação
142 pluviométrica de janeiro a outubro de 2015 foi de apenas 327mm, com concentração
143 maior nos meses de janeiro a março, não havendo qualquer volume de chuva em vários
144 meses do ano. Desta forma, a construção da referida barragem, além de incrementar a
145 economia regional, aproveitando-se a mão-de-obra e vocação própria dos municípios
146 beneficiados, aumentará a oferta de empregos, visto que vários segmentos de geração de
147 renda surgirão contribuindo diretamente para a elevação da qualidade de vida da
148 população local, propiciando a redução do êxodo rural e promovendo a autonomia
149 econômica da região. Portanto, Senhores Conselheiros, faz-se necessária uma prioridade
150 total para o desfecho deste processo, para que se encaminhe de forma rápida,
151 amenizando assim o sofrimento dos cidadãos do Alto Rio Pardo. Os Maçons abaixo
152 assinados conclamam as autoridades responsáveis pelo empreendimento a adotar
153 imediata retomada do serviço para conclusão das obras de implantação da barragem de
154 Berizal, pedindo que sejam adotadas medidas cabíveis para a conclusão da citada
155 barragem, a curto prazo, como forma de amparar a população microrregional que vem
156 sofrendo com a escassez de água. Taiobeiras, 09 de novembro de 2015. Jaime Uilson
157 Lucas Lopes, Venerável Mestre Loja Maçônica Deus e Liberdade II Nº 132.” Diz que
158 segue um abaixo-assinado. Diz que se está sabendo da situação em que se encontra e é
159 importante que se veja a situação que já caminha para o caos econômico e caos social.
160 Diz que está irmanado nesse processo de se trabalhar para conseguir a solução para essa
161 situação dessa região. O **Conselheiro Sóter Magno Carmo**, representante da
162 Organização Vida Verde, diz que espera que essa barragem não venha a servir para
163 irrigação de plantio de eucalipto e plantador de café daquela região. Que ela realmente
164 seja para dessedentação animal e para matar a sede de muita gente que nesse momento
165 pede o socorro que se acabou de ler. Diz que se sabe que aquela região está secando e
166 todo mundo sabe por que foi. Observa ainda que, diante de todo o flagelo porque passa
167 o Norte de Minas com a falta de água, se tem o flagelo dos incêndios florestais, a
168 maioria deles criminosos. Diz que se sabe que tem gente colocando fogo em alguns
169 pontos da região de Montes Claros. Diz que, infelizmente é uma denúncia que se faz um
170 tanto quanto infundada porque não se consegue provar. Dá testemunho de que, no dia
171 anterior, apagou fogo na serra o dia inteiro. Apagava fogo num local e começava outro
172 foco a 100 ou 200 metros mais na frente. Ressalta que é preciso que as autoridades
173 dêem atenção especial a isso porque impactando a região e em crimes como esse não se
174 conseguem mensurar os prejuízos ambientais e prejuízos de toda maneira. Diz que,
175 entre as fotos apresentadas durante o Hino Nacional, apareceu o Parque estadual da
176 Lapa Grande e tudo aquilo que se acha muito belo foi transformado em cinzas. Diz que
177 deixa sua indignação com respeito ao Governo do Estado que rompeu nesse ano os
178 convênios do Previncêndio com a Polícia Ambiental, com o Corpo de Bombeiros. Diz
179 que se sabe que isso não iria resolver mas iria colaborar porque aquilo que não se
180 previne acaba chegando a isso. Diz que há estatística da Polícia Ambiental de que, no
181 ano passado, houve o menor índice de queimadas florestais na região porque houve um
182 trabalho preventivo, houve a inserção desses órgãos nas comunidades do entorno e se



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

183 pôde trabalhar a questão da prevenção. E esse ano, pelo que se desenha, é o ano em que
184 mais vai-se queimar no Norte de Minas. Frisa que o dinheiro que o Governo do Estado
185 quis economizar com a não renovação desses convênios está gastando agora no
186 combate, e sem dizer que está colocando em risco a vida de várias pessoas. Pessoas
187 despreparadas para combater incêndios florestais estão aí rodando de noite, de
188 madrugada, em locais de difícil acesso. Diz que se tem que parar para refletir,
189 infelizmente num momento de desastre na região que vai servir para que não se erre no
190 futuro. Diz que se está acabando de ver que os prejuízos são imensuráveis, e quem vai
191 pagar não são as futuras gerações, como se diz, quem está pagando somos nós mesmos.
192 E esse preço é muito caro. Destaca que 35% da água que abastece Montes Claros sai
193 dessa região que está sendo queimada. Tudo se transformando em cinza. Diz que seria
194 interessante se a SEMAD pudesse obter do IEF algumas fotografias para expor aqui,
195 porque muita gente não imagina o que é uma queimada florestal. Diz que estar na frente
196 de uma linha de fogo é como uma pessoa chegar em sua casa com ma arma e colocar
197 você e seus filhos para correrem. Diz que considera o incêndio florestal dessa forma.
198 Põe todo mundo para correr, só fica o fogo. Diz que se tem que dar um basta nessa
199 questão, pois um simples palito de fósforo, uma única pessoa está causando tudo isso. E
200 centenas de pessoas, milhares de pessoas vão sentir o impacto disso. **O Conselheiro**
201 **Wellington Ricardo Tavares Cardoso**, representante da OAB, diz que quer registrar
202 um esclarecimento sobre os explosivos da mineradora. Diz que a empresa ingressou
203 com uma ação cautelar pleiteando liminar para que fosse autorizada a detonação. A
204 juíza plantonista negou a liminar e, de ofício, determinou que fosse feita a remoção do
205 explosivo no prazo de 72 horas. Na segunda feira, foi proferida uma nova decisão pela
206 juíza titular reconsiderando e autorizando a detonação. Diz que não sabe se já ocorreu a
207 detonação, porque estava fora da cidade. Se não ocorreu, vai ocorrer em breve, se essa
208 decisão não for acatada e revista a nível de Tribunal. Diz que não atua no processo,
209 mas conversou com colegas e consta que há laudo técnico dizendo que não há
210 viabilidade técnica para remoção dos explosivos e a única alternativa seria a detonação.
211 Esclarece que foi autorizado juridicamente. Diz que há outra questão que gostaria de
212 esclarecer. Andando pela região do Pentáurea, observou que está havendo o
213 desassoreamento da represa do Pentáurea, a retirada de rejeitos, e gostaria de saber se
214 passou pelo crivo dos órgãos ambientais, se tem autorização e como foi feito esse
215 procedimento. Diz que sua preocupação não é o desassoreamento em si, mas onde o
216 material está sendo colocado o material retirado. Diz que é uma área próxima, uma
217 antiga areeira abandonada. Diz que estão depositando o material, a seu ver, de forma
218 aleatória. Isso traz um benefício lá embaixo, mas pode ser que onde está sendo colocado
219 o rejeito se tenha um problema lá na frente. Pede que as autoridades encarregadas
220 acompanhem de perto e façam o monitoramento para que não se resolva um problema
221 dentro do clube e se traga o problema para a população que fica no entorno. **Aramis**
222 **Mameluque Mota**, Superintendente da SUPRAM NM, diz que, em relação aos
223 explosivos, já foi feita autorização pela juíza. Da mesma forma, a SUPRAM se
224 posicionou preocupada com a questão, mas só a juíza poderia autorizar, uma vez que o
225 laudo do Corpo de Bombeiros mostra a dificuldade da retirada desses explosivos. Diz
226 que foi feita a explosão na terça-feira e espera que não haja problema de integridade das
227 cavidades. Quanto ao desassoreamento da lagoa do Pentáurea, foi feita uma autorização,
228 uma outorga emergencial prevista em lei. Diz que o pessoal está muito satisfeito porque,
229 depois da intervenção, a nascente brotou. Diz que há um pedido de outra autorização
230 por parte do Exército, em relação a uma vereda em sua área, para melhoramento e



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

231 desassoreamento. Diz que, em relação ao crime ambiental na bacia do São Lamberto,
232 está-se estudando também porque mesmo a autorização emergencial prevê um mínimo
233 de requisitos. O **Conselheiro Robson Andrade**, representante do Comitê Jequitaiá/
234 Pacuí, diz que quer aproveitar a colocação bem feita pelo Conselheiro Dr. Daniel sobre
235 o acidente da mineradora em Mariana, para, mais uma vez, chamar a atenção de todos.
236 Diz que já comunicou o INCRA, que é proprietário da terra, o Parque da Sempre-Viva,
237 CODEVASF, RURALMINAS, DNOCS, SUPRAM, todos os órgãos ambientais. Diz
238 que o Comitê faz parte do COPAM e conhece muito bem a barragem da Caatinga. São
239 500 há de lâmina d'água. A barragem está com muito vazamento e corre-se o risco,
240 numa cheia, de se romper o barramento e não se sabe a proporção desse acidente. Frisa
241 que há quatro anos vem fazendo essas denúncias e ninguém toma providência. O
242 INCRA, que é proprietário da terra, não dá resposta. A RURALMINAS promete fazer o
243 projeto executivo, mas não o apresenta. Diz que o município de Bocaiúva, onde está
244 localizada a barragem, não tem condição de fazer intervenção nenhuma, nem técnica
245 nem financeira, e se está esperando o acidente acontecer para depois se lamentar. O
246 **Conselheiro José Ponciano Neto**, representante da ABES/MG, diz que a barragem de
247 Caatinga é em Engenheiro Dolabela, município de Bocaiúva. Diz que esteve lá há
248 poucos dias e fez algumas fotos. A secretária do Comitê está fazendo um documento
249 para o Robson apresentar em Brasília no dia 24. Diz que vai aproveitar as fotos para
250 apresentar, na Assembleia Federal Legislativa do Grande Oriente do Brasil, no dia 05,
251 às 9h. Diz que a barragem está com o vertedouro comprometido. Diz que foi feito um
252 trabalho de aproximadamente R\$200.000,00. A primeira chuva levou o vertedouro todo.
253 Diz que está fazendo um relatório bem sucinto sobre o problema de infiltração no pé da
254 barragem. Diz que pediu a Robson para abrir um pouco mais a descarga de fundo para
255 liberar água para o rio Jequitaiá e esvaziar bastante, para, quando chegar a chuva, não
256 encher rápido e chegar ao ponto de levar o resto de vertedouro. Seria um desastre maior
257 que o de Mariana porque logo embaixo tem Engenheiro Dolabela, Francisco Dumont,
258 Jequitaiá, Laranjeira. Reafirma que ele está bem comprometido e, há quatro anos, ele
259 mesmo, Ézio, Robson, Sirleia e várias pessoas fizeram várias reuniões em Belo
260 Horizonte, Bocaiúva, com autoridades, com o pessoal da Defesa Civil, INCRA,
261 RURALMINAS, COPASA e nada foi feito. Informa que mandaram documento para a
262 Promotoria Pública e nada foi feito até hoje. Destaca que é um acidente anunciado. Pode
263 ser que Deus vai ajudar a conter. Diz que esteve em situações piores quando a descarga
264 de fundo rompeu. Com o apoio da COPASA se fez a correção. Quanto ao acidente, ao
265 crime ambiental ocorrido na Serra do **Melo**, fazenda de **Waldomiro Marcondes**, serra do
266 Ibituruna, diz que já tinha citado na reunião passada. Questiona qual é a culpa do IEF
267 nisso. Diz que muitas vezes se põe uma condicionante por causa de uma cavidade que
268 abriga mocó ou coruja, se o “cara” descumpra a condicionante, ele é penalizado. Em
269 relação ao parque, diz que o IEF não foi punido em momento algum, durante esses 15
270 anos por tantos incêndios lá ocorridos. Diz que o que o encabula é que não pega fogo
271 em fazenda, só pega fogo em parque. Pega fogo no Parque da Serra do Cabral, em Grão
272 Mogol, no Rola Moça, no Sempre-Viva, mas em fazenda não pega. Diz que a
273 **Superintendente do IEF** é uma pessoa excepcional, de grande capacidade, mas entende
274 que, para preservar a integridade física do parque, a gerente do parque deveria
275 renunciar. Não tem mais capacidade para gerir o parque. Arranja outra. Está todo ano
276 pegando fogo. Diz que está ajudando, fazendo isso, aquilo, aparece na mídia, mas no
277 local não aparece. Diz que há 05 dias os brigadistas da barragem estão lá. Diz que não
278 está fazendo um desabafo. É uma história verdadeira. Relata que veio da barragem de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

279 Dolabela à 2h da tarde de sexta-feira. Quando chegou na Polícia Rodoviária, ligou para
280 o rapaz que toma conta da brigada e perguntou se tinha conhecimento de que o fogo está
281 começando a pegar no parque e ele respondeu que não sabia. Às 4h da tarde, ligou para
282 ele, que já tinha vindo da barragem para Montes Claros, e reafirmou que não sabia. Às
283 8h da noite, a Gerente do Parque comunicou à COPASA pedindo brigadistas à noite.
284 Diz que não são loucos de fazer isso. Diz que pediu dois pipas de água para abastecer os
285 aviões. Às 6,30h da manhã os aviõezinhos estavam lá e os brigadistas não estavam
286 porque foi decidir quem poderia ir, pois havia um leilão na COPASA e os brigadistas
287 estavam olhando os carros lá. À tarde os brigadistas foram. Eles se revezavam
288 trabalhando em um turno na COPASA e outro na brigada. E está assim até agora. Diz
289 que a água que se gastou para apagar esse fogo é a água que sai lá de dentro. A água que
290 saiu de lá está voltando, vai entrar no lençol freático e sair de novo. Diz que se
291 precisava de um pipa para ajudar a abastecer Juramento e não se podia usar porque
292 estava no aeroporto. Diz que não sabe como pedir, se é através de uma moção, que o
293 Ministério Público procure o IEF em Belo Horizonte e questione a situação dos parques.
294 Que aumente o número de brigadistas, de vigias, coloque cavalos para os cavaleiros
295 ficarem rodando para evitar. Diz que, quando estava gerindo o parque em Diamantina,
296 mandou 04 cavalos que havia na barragem e nunca mais pegou fogo. Com relação ao
297 IEF de Montes Claros, não está falando da Margarete e do Edmar, e, sim, da gerência do
298 parque. Se o Conselho não tomar uma decisão de sugerir a ela, para melhor integridade
299 do parque, para que o parque volte ser preservado, que renuncie. Não pode só ficar
300 aparecendo na televisão dizendo todo dia que é criminoso. A **Conselheira Juliana**
301 **Veríssimo Pacheco**, representante da SEDINOR, diz que concorda com o Conselheiro
302 Ponciano. Diz que é fácil falar em meio ambiente em ar condicionado. Diz que gostaria
303 de falar também sobre o pedido da Maçonaria de Taiobeiras. Diz que é de lá e sabe a
304 situação crítica em que o município se encontra. Antigamente Taiobeiras tinha muito
305 mais água que Salinas. Depois que se fez a barragem de Salinas, acabou o problema de
306 lá. Taiobeiras tem uma barragem em andamento há 17 anos. É um imbróglio. Diz que
307 tenta de todas as maneiras ajudar a resolver. Diz que se não houver ajuda de todo
308 mundo, interesse dos próprios munícipes, não se resolve. Antigamente se deixava por
309 conta do poder público, “se o DNOCS, se o Governo do Estado...”. hoje virou um
310 problema do município, da região. Assim como a Maçonaria, todos os órgãos,
311 Associação Comercial, a ONG Amigo da Águas, toda a sociedade de Taiobeiras hoje
312 tem certeza de que a solução para aquela região tanto para o desenvolvimento como
313 para o problema hídrico é a construção dessa barragem. Diz que hoje acontece uma
314 coisa que há tempos era inimaginável, porque, quando faltava água na sede, havia as
315 barragens do próprio município onde se podia pegar água, não se precisando ir a
316 Salinas. Diz que a COPASA gasta R\$50.000,00 por dia pagando transporte. São
317 incontáveis as vezes que os caminhões vão. Diz que sabe da responsabilidade do
318 Conselho, mas fala como cidadã que convive com esse problema. Como Secretária-
319 adjunta da SEDINOR, tem pessoas diariamente procurando-a, não só de Taiobeiras,
320 mas de de toda a região. São 32 municípios do Norte, Nordeste, Jequitinhonha que não
321 têm água na sede do município. Diz que realmente é uma região muito complicada. Diz
322 que outro problema por que o Norte de Minas passa é com relação às pedreiras. Hoje
323 não tem onde comprar brita, material para obra. Diz que os prefeitos a procuram na
324 Secretaria porque, quando é feito um convênio, há uma previsão de custo. O prefeito
325 coloca R\$30,00 o caminhão de cascalho. Como não tem onde comprar, o município do
326 Norte de Minas vai buscar cascalho em Sete Lagoas. Observa que a pedreira que foi



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

327 embargada, que foi motivo de manifestação, é uma empresa que tem licença ambiental
328 até 2021. Já existia o estudo das cavidades, estudo espeleológico, que foi feito em 2007
329 e foi aprovado. Quanto à detonação, diz que havia, além do laudo do Corpo de
330 Bombeiro, um laudo do Exército. A partir do momento em que é colocado, é impossível
331 desarmar. A não ser que viesse uma equipe técnica dos Estados Unidos. Frisa que a
332 Juíza que deferiu o pedido de detonação agiu muito corretamente, até porque é uma
333 região próxima daqui, é passível de incêndio. Se ocorresse qualquer tipo de acidente
334 natural, seria de proporção muito complicada. Diz que há certas coisas que se tem que
335 entender. É lógico que a questão das cavidades é muito importante, mas é uma lei que
336 tem que ser trabalhada. Diz que se tem que entender o problema. As empresas de que
337 tem conhecimento, todas com quem conversa estão tentando fazer o estudo, fazer a
338 coisa certa. Mas concorda que a região não pode parar. O **Conselheiro Juvenal**
339 **Mendes Oliveira**, representante da FAEMG, quanto à preocupação do Conselheiro
340 Ponciano em relação à barragem de Dolabela, diz que, em 2003, há 12 anos, elaborou
341 um trabalho fotografado mostrando que o vertedouro da barragem poderia romper. Não
342 entendendo nada de água, pôde ser pragmático e dizer que, rompendo a barragem leva
343 abaixo a população de Jequitaiá. Isso foi repassado ao secretário de Meio Ambiente,
344 diretamente a ele, e ao IGAM, e vê que agora em 2015, a situação continua a mesma.
345 Com relação aos deveres do Estado com o parque, diz que não chegaria a pedir a
346 cabeças de ninguém. Diz que o que se precisa é rever conceitos. Diz que não se sabe a
347 resistência que se tem quando se fala na administração de um parque. As pessoas que
348 têm algum poder de decisão influenciam e levam para o lado extremista do
349 conservacionismo. Diz que por duas vezes, fala em nome da FAEMG, Sindicato Rural
350 de Montes Claros e Sociedade Rural, se reuniu com o IEF e sugeriu que procedimentos
351 tomar para proteger o parque. Diz que levou, tempos atrás, ao Secretário de Estado do
352 Meio Ambiente, em reunião em Belo Horizonte, o pedido de ampliação do parque.
353 Depois, questionados se concordariam com a ampliação do parque, não só concordaram
354 como deixaram escrito sobre essa mudança comportamental que se de vê ter em relação
355 a uma unidade de conservação. Diz que não adianta pessoas que têm certa influência, e
356 no extremismo de conservacionismo, não permitir que seja usada técnica para se
357 combater a braquiária. Enquanto milhares de cabeças de gado morrem, ali há pasto para
358 três a cinco mil cabeças de gado. Esse pasto não pode ser erradicado por herbicida, pela
359 água que abastece a cidade de Montes Claros. Esse pasto não pode ser combatido com
360 gradeação, porque vai brotar mais pasto ainda. A solução que se deu é que esse pasto
361 teria que ser pisoteado por animais comendo esse pasto até a raiz, com superpopulação.
362 Não havendo pasto, não havendo concorrência, as espécies nativas brotam. Gado não
363 come árvore, come pastagem. Diz que é um preconceito muito grande, inclusive quando
364 se diz que em reserva legal não se pode colocar gado. Se a reserva tem capim e ele não
365 for combatido, comido pelos animais, ele vira um barril de pólvora no período da seca.
366 Diz que é preciso mudar o pensamento. É preciso mudar a mente para técnicas que
367 possam evitar o problema. Observa que o Parque da Lapa Grande pega fogo todos os
368 anos. Pegou agora e vai pegar direto, vai pegar todos os anos. Como exemplo, diz que,
369 quando assumiu a direção do IEF, o Parque da Jaíba pegava fogo todos os anos. Com o
370 envolvimento das pessoas da região, o Parque pegou fogo uma única vez. Não adianta
371 criar unidade de conservação se não se pode zelar por ela. Diz que é preciso mudar
372 conceitos. O Conselheiro pode ajudar, reunir com o IEF, reunir com a SUPRAM e
373 buscar soluções que façam com que realmente se protejam essas unidades de
374 conservação. O **Conselheiro Felix Vinicius Froes Medeiros**, representante da SEDRU,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

375 diz que trabalha na COPASA, no planejamento, tem conhecimento e formação na área
376 de meio ambiente. Manifesta seu apoio à moção da Maçonaria de Taiobeiras, que a
377 COPASA está abastecendo totalmente com caminhões-pipa, como colocou a
378 Conselheira. Diz que a barragem de Berizal é uma luta de toda aquela região. O
379 **Conselheiro Daniel Oliveira de Ornelas** diz que quer repetir o que falou na reunião
380 passada, já que se levantou a questão do IEF e a gestão das unidades de conservação.
381 Diz que o IEF é responsável pela gestão e implementação da unidade de conservação.
382 Mas a discussão é muito mais ampla. Não tem condição de fazer isso se o poder
383 executivo não fornece meios para que ele possa fazer a gestão dessas unidades. Diz que
384 foi falado na última reunião que se chegou a um ponto em que o Estado não quis mais
385 conversar, dialogar sobre a efetiva implementação das unidades de conservação e fez
386 com que se judicializassem, pelo menos aqui no Norte de Minas, 15 ações para
387 regularizar e implementar as 17 unidades de conservação que hoje existem. Restam
388 apenas a APA **Lagedão** e o Parque Estadual da Lapa Grande cujo inquérito está sob a
389 condução da Dra. Aluisia, que vem, dentro do possível, conduzindo de forma brilhante,
390 para que o Parque seja efetivamente implementado. Diz que, por incrível que pareça, o
391 Parque Estadual da Lapa Grande é um dos melhores, se não o melhor, do Norte de
392 Minas, para se ver como é crítica a situação. O **Conselheiro José Ponciano** diz que
393 esteve na ANA três vezes em Brasília, com o Superintendente de Regulação Rodrigo,
394 pedindo outorga para fazer um pequeno barramento no rio em Taiobeiras e não
395 conseguiu porque um empreendedor a montante já tinha sua outorga. E não autorizaram
396 à COPASA para abastecimento público uma nova outorga. Depois de um contato em
397 Janaúba com Rodrigo, ele autorizou pegar água na barragem do empreendedor a 17
398 quilômetros. A COPASA montou um sistema de elevatória, jogou a água no rio, mas a
399 água não chegou a Taiobeiras, O trabalho foi todo jogado fora e até hoje não se
400 conseguiu a outorga para fazer esse pequeno barramento para abastecer Taiobeiras.
401 Quanto à Jaíba, diz que sempre que pega fogo lá, os brigadistas da barragem vão lá para
402 ajudar. Diz que, no pior incêndio que houve lá, foram até mal interpretados por causa de
403 um grande empreendedor que existe na região que tinha interesse em lá pegar fogo para
404 plantar cana. O **Conselheiro Sóter Magno Carmo** diz que O Major Paulo Eliedson
405 telefonou pedindo para justificar a falta, pois está no combate ao incêndio florestal. Diz
406 que não vai defender o pessoal do IEF nem o pessoal da Lapa Grande. A verdade, a
407 realidade tem que ser dita. Nenhum dos incêndios florestais que aconteceram no ano
408 passado e neste ano aconteceu no Parque. Todos aconteceram em fazendas no entorno
409 do Parque. No ano passado foi um incidente. Uma infelicidade muito grande do pessoal
410 da Cemig que provocou um incêndio muito grande. Essa região do Parque tem uma
411 característica natural favorável ao fogo porque tem muito capim no entorno. Quando
412 Parque foi concebido, era uma fazenda ou fazendas que foram desapropriadas e assim
413 existe uma grande massa para ser queimada. Quando o fogo entra, apagar é difícil, com
414 insolação que está aí, a alta temperatura, com o vento na região. Diz que é testemunha
415 ocular que o pessoal do IEF faz um trabalho de conscientização no entorno.
416 Infelizmente estão acontecendo incêndios colocados no entorno do Parque. Destaca a
417 importância das unidades de conservação para o Norte de Minas. A água que ainda
418 existe no Norte de Minas está saindo das unidades de conservação. Não fosse o Parque
419 da Lapa Grande, Montes Claros estaria com problema de abastecimento. No Alto Rio
420 Pardo, no Parque estadual de Serra Nova, na Serra do Cabral, todas são regiões de
421 unidades de conservação onde ainda existe um pouco de água. **Aramis Mameluque**
422 **Mota**, Superintendente da SUPRAM NM, diz que seria interessante se pudesse fazer



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

423 um documento da Secretaria de Meio Ambiente, da Superintendência, do IEF, um
424 levantamento em relação à pastagem como se referiu o Conselheiro Juvenal. Talvez se
425 pudesse fazer um tipo de manejo que traria até renda para o Parque . Muitas vezes as
426 pessoas não alertam para esse aspecto da pastagem. Diz que outra questão que vê no
427 Parque é o anseio de querer preservar tudo e ficam locais de pouco acesso, matas
428 fechadas. Diz que a estrada-aceiro poderia ser ampliada para facilitar o deslocamento
429 tanto de pessoas que vão visitar o Parque quanto deslocamento de funcionários. Sugere
430 que se faça um grupo de pessoas que se preocupam com o meio ambiente para fazer um
431 documento para o governo solicitando esse tipo de manejo. Diz que a COPASA é co-
432 gestora e tem um poder muito grande junto ao governo de interferir. O maior
433 beneficiário do parque é e própria COPASA que retira uma água de qualidade para
434 fornecer à população. Poderia haver um entendimento da COPASA junto à SEMAD e
435 ao IEF. Diz também que, no intuito de viabilizar a barragem de Berizal e Congonhas,
436 propôs-se uma reunião na SUDENOR, devido a sua demanda, e se convidou um grande
437 número de Conselheiros, há uns 20 dias, Levantou-se a situação das barragens, as
438 dificuldades. São obras do governo que vêm arrastando-se há 10 anos. Diz que, diante
439 da crise hídrica que se vem vivendo, houve um esforço dos Conselheiros de se tentar
440 viabilizar da melhor maneira possível os empreendimentos. O DNOCS apresentou a
441 demanda de um recurso que tem que ser empenhado até 04 de dezembro. Diz que extra-
442 oficialmente se está prevendo uma reunião extraordinária do Conselho para o dia 26 de
443 novembro, quinta-feira, para a qual todos serão convidados e convocados, para se tentar
444 salvar esse recurso para este ano. O **Conselheiro José Ponciano** diz que o decreto do
445 governo contempla a COPASA como Co-gestora, mas, devido à arrogância de ex-
446 Superintendente do IEF, ela sempre determinou a COPASA a vir junto com ela ao
447 Parque. Tanto que para entrar no Parque, a COPASA tem que agendar pelo site deles.
448 Quem entra lá da COPASA são os funcionários para atividade que já existe antes da
449 criação do Parque. Diz que a justificativa que tiveram na época da criação do Parque foi
450 a preservação do manancial. Parabeniza o Sr. José Carlos Carvalho e Paulo Ribeiro pela
451 criação do Parque. Diz que a COPASA sempre deu e dá todo apoio ao Parque. mas não
452 pode massacrar os brigadistas colocando-os para trabalhar à noite e, no outro dia,
453 colocar para apagar fogo cansado e com sono. Diz que sempre coloca os brigadistas,mas
454 não tem nenhuma gestão do Parque Lapa Grande. O nome da COPASA só aparece no
455 decreto. Tudo está nas mãos do IEF. Diz que é muito triste ver pessoas que não têm
456 conhecimento,não conhecem a COPASA, que adoram ver o Parque pegar fogo para sair
457 falando besteira em facebook. Adora sair na mídia. Sugere que a Promotoria convoque
458 uma reunião com o IEF, a SUPRAM, o Conselho do Parque, a COPASA. Diz que
459 infelizmente a COPASA acabou com a Diretoria de Meio Ambiente e vai ficar a nível
460 dos distritos. Diz que ia sair,mas não vai sair mais para poder trabalhar mais. Diz que
461 está disposto a fazer uma reunião para fazer novo planejamento para gestão deste
462 Parque. Pede que esta ata chegue às mãos do Secretário Sávio. O **Presidente** diz que a
463 situação de queimadas, de incêndios em parque parece que virou uma coisa endêmica
464 neste ano de 2015. Diz que, na região de Diamantina, também se está sofrendo muito
465 com isso. O parque do Biribiri queimou quase todo, No mês passado deu uma chuvinha
466 em Diamantina, mas está queimando até hoje. O Pau de Fruta queimou todo. Em
467 Itamarandiba, o Parque da Serra Negra, foram só três hectares. Diz que o governo fez
468 um decreto de emergência no mês passado por causa dos incêndios no estado e deve
469 estar preparando uma estratégia para 2016. Imagina-se que esteja trabalhando uma
470 estratégia para prevenção de incêndios que, neste ano, foram terríveis. Diz que acredita



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

471 que seja pelo grande período de estiagem em todo o Norte. Diz que em Itamarandiba
472 dificilmente se passa um dia de finados sem chuva. E nesse ano se passou. Há quase
473 seis meses não chove em Itamarandiba. **Aramis Mameluque Mota** diz que vai levar o
474 Secretário Tadeu Martins Leite. Diz que, o Conselho há dois representantes da
475 COPASA, Sóter e Ponciano, que, apesar de cada um estar representando uma entidade.
476 São funcionários da COPASA. Entende que é um momento muito oportuno. Têm-se
477 dois secretários importantes da região. Com essa co-gestão da COPASA, deve-se
478 acentuar esse convênio, ser mais bem administrado, de modo que a COPASA possa
479 atuar de maneira mais efetiva, tanto em usufruir recursos como também na
480 contrapartida. É preciso que se tenha uma liberdade maior e se abra a cabeça para
481 evoluir para outro tipo de gestão. O **Conselheiro Felix Vinicius Froes Medeiros** diz
482 que a COPASA está passando por uma reestruturação de algumas diretorias. Foi extinta
483 a Diretoria de Meio Ambiente, mas o novo organograma ainda não foi concluído.
484 Qualquer evento da responsabilidade da Companhia de Saneamento no estado com o
485 Meio Ambiente vai ficar com estrutura fora dos distritos. Continua em Belo Horizonte
486 dando apoio. Continua a Divisão a Superintendência ligada com o Meio Ambiente. O
487 **Presidente** passa ao item 4 da pauta.

488 **4. Exame da Ata da 120ª RO de 14/10/2015.**

489 O **Presidente** coloca a ata em discussão. O **Conselheiro Daniel Oliveira de Ornelas**
490 solicita que, na linha 416, se mude “alterar” por “operar”; e, na linha 485, substitua-se
491 “cumprimento” por “descumprimento”. O **Presidente** coloca a ata em votação. O
492 **Conselheiro Renan Milo**, representante do CODEMA se abstém por não ter estado
493 presente. Também se abstém pelo mesmo motivo os **Conselheiros Wellington**
494 **Ricardo, da OAB, o Conselheiro Félix Vinicius, representante da SEDRU, o**
495 **Conselheiro Edvaldo Marques.** O **Presidente** informa que a ata está **aprovada** com
496 04 abstenções e com as modificações propostas pelo Conselheiro Daniel. Passa aos itens
497 seguintes da pauta.

498 **5. Processo Administrativo para exame de Alteração de Condicionante de** 499 **Revalidação da Licença de Operação:**

500 5.1 Trevo Derivados de Petróleo Ltda. - Postos revendedores, postos ou pontos de
501 abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e
502 postos revendedores de combustíveis de aviação - Montes Claros/MG - PA/Nº
503 03652/2001/007/2013 - Condicionante nº 04 - Classe 5. Apresentação: Supram NM.

504 **6. Processo Administrativo para exame de Definição do Perímetro de Proteção das** 505 **Cavidades Naturais Subterrâneas da Revalidação de Licença de Operação:**

506 6.1 J LX Mineração S/A - Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou
507 sem tratamento- Montes Claros/MG - PA/Nº 00238/1993/006/2013 DNPM
508 806.656/1975 – Classe. 5. Apresentação: Supram NM.

509 Destaque para o **Ministério Público.**

510 O **Presidente** coloca em votação o **item 5.** Processo Administrativo para exame de
511 Alteração de Condicionante de Revalidação da Licença de Operação:

512 5.1 Trevo Derivados de Petróleo Ltda. É **aprovado** por unanimidade.

513 **6.1 J LX Mineração S/A** - Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou
514 sem tratamento- Montes Claros/MG

515 O **Presidente** abre ao destaque do Ministério Público. O **Conselheiro Daniel Oliveira**
516 **de Ornelas** diz que esse item prevê a delimitação do perímetro de proteção das
517 cavidades naturais subterrâneas para revalidação da licença de operação. Diz que
518 gostaria de saber qual o parâmetro técnico utilizado pelo empreendedor para definir o



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

519 raio de 250 metros para área de influência do meio biótico. Verificou também na área de
520 influência algumas cavidades como a Gruta do Escritório e a Lapa da Barriguda estão
521 com distância inferior a 10 metros. Diz também que gostaria de saber os parâmetros
522 técnicos utilizados pela equipe técnica da SUPRAM para definir como perímetro de
523 proteção das cavidades justamente a poligonal DNPM do empreendimento.
524 **Claudia**, Técnica da SUPRAM, diz que, antes de responder, gostaria de fazer duas
525 correções. Uma é na primeira frase é “fase de licenciamento” para revalidação de
526 licença. Na verdade, a fase é “revalidação de licença”, mas o que se está discutindo é
527 “definição da área de influência e perímetro de proteção das cavidades naturais
528 subterrâneas”. Diz que se está solicitando essa correção: onde se lê “revalidação de
529 licença para ação” é “revalidação de licença de operação/definição da área de influência
530 e perímetro de proteção das cavidades naturais subterrâneas.” .Diz que outra correção é
531 onde se fala do FOBI somente tem a classe 5. Os demais FOBIs estão “x x x”. Pedu que
532 se substitua “x” por “1”. Onde se lê “x”, leia-se o numeral “1”. Diz também que, na
533 primeira frase da página 2, está escrito: “O Parecer Único trata de adendo à Revalidação
534 de Licença de Operação”. Pedu que se retire “trata de adendo” e a frase continua
535 normalmente. **Gilmar**, Técnico da SUPRAM Norte, diz que vai falar da Gruta do
536 Escritório e Lapa da Barriguda. Em relação à Gruta do Escritório e Lapa da Barriguda,
537 diz que, como condicionante, vai pedir a compensação, por entender que houve impacto
538 irreversível na cavidade. Diz que não autorizou a suspensão dela. Pediu a compensação
539 em razão do impacto irreversível na cavidade. Diz que nas condicionantes há prazo para
540 proposta conceitual de compensação, que é a proposta que se faz antes do estudo de
541 relevância, a proposta consolidada e a própria compensação. Há três prazos lá. Em
542 relação à Lapa da Barriguda, não se aceitou o raio sugerido pelo empreendedor e se
543 acrescentou a esse raio a área das estradas de que há lá para proteger essa cavidade em
544 relação aos impactos. Também se solicitou o monitoramento em relação aos tratores e
545 caminhões em relação à Lapa da Barriguda. **O Conselheiro Daniel Oliveira de**
546 **Ornelas** questiona qual foi o parâmetro técnico utilizado para definir perímetro de
547 proteção igual ao poligonal do DNPM. **Gilmar** diz que a área de influência é superior
548 ao total do perímetro da DNPM. Diz que o perímetro de proteção se entende que é uma
549 área dentro da área de influência dentro do empreendimento, que ele necessita cercar,
550 colocar placa e proteger. Entende que o empreendedor tem que proteger uma área
551 dentro do empreendimento dele. Mas a área de influência ultrapassa o DNPM. **O**
552 **Conselheiro Daniel** diz que seria um perímetro de proteção. Questiona se esse
553 perímetro de proteção foi determinado de acordo com a poligonal DNPM. **Gilmar** diz
554 que se vai colocar aqui a área de influência que é a área de influência das cavidades, que
555 é uma área que sifre influência tanto no meio biótico como no meio física das cavidades.
556 A definição de perímetro de proteção seria a poligonal dentro da área de influência,
557 dentro do empreendimento. Não tem como ele fazer uma delimitação e uma efetiva
558 proteção efetiva no empreendimento de terceiros. **O Conselheiro Daniel** diz que existe
559 um documento elaborado pelo CECAV em 2013, chamado: “Área de influência do
560 patrimônio espeleológico – Orientações básicas à realização de estudos espeleológicos.”
561 É justamente para fazer os estudos para análise de delimitação da área de influência de
562 cavidades. Questiona se isso foi utilizado como parâmetro. **Gilmar** diz que passou um
563 roteiro do CECAV para o empreendedor seguir na realização desse estudo e também
564 para análise se levou em consideração. **O Conselheiro Daniel Oliveira de Ornelas** diz
565 que, pelo que viu, não foi utilizado esse manual para análise. Em relação ao meio
566 biótico que foi uma análise preliminar. **Gilmar** diz que não se tem nenhuma legislação



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

567 falando sobre estudo de raio de influência. Tem-se apenas essas diretrizes que foram
568 elaboradas. O **Conselheiro Daniel Oliveira de Ornelas** esse estudo foi elaborado para
569 suprir essa ausência orientação para análise. Indaga por que das conclusões da equipe
570 técnica da SUPRAM e se foi utilizado o que está nos estudos como diretriz para fazer
571 essa análise do perímetro de cavidades. **Gilmar** diz que toma como base essa orientação
572 do CECAV para análise da área de influência. O **Conselheiro Daniel Oliveira de**
573 **Ornelas** diz que documento apresenta diretrizes e estudos necessários para delimitação
574 das áreas de influência das cavidades e, pelo menos até chegar uma orientação ou uma
575 doutrina mais contundente, orienta esse tipo de estudo. Diz que quer sugerir uma
576 condicionante de que sejam “apresentados estudos complementares necessários à
577 definição das áreas de influência sobre o patrimônio espeleológico presente no
578 empreendimento, seguindo as diretrizes e orientações técnicas elaboradas pelo Centro
579 Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas - CECAV, especificamente aquelas
580 contidas no documento Área de Influência do Patrimônio Espeleológico-Orientações
581 Básicas para Realização de Estudos Espeleológicos, CECAV 2013, no prazo de 60
582 dias.” O **Presidente** diz que a proposta do Conselheiro está em discussão. O
583 **Conselheiro Edilson Torquato**, representante da FEDERAMINAS, diz que gostaria
584 que o empreendedor se manifestasse antes da votação. O **Presidente** diz que há algumas
585 inscrições Da parte do empreendedor. Chama Isabela Veloso Siqueira, Não se
586 apresenta. **Vanessa Veloso Barbosa**, responsável técnica pelo estudo, diz, em primeiro
587 lugar, que o documento foi usado, sim. Diz que é um termo muito abrangente que deve
588 ser adaptado caso a caso conforme a realidade local. O estudo biológico foi feito e o
589 aprofundamento está previsto em outras condicionantes porque se vai ter que
590 fazer relevância em todas as cavidades. O estudo de relevância exige pelo menos duas
591 coletas, uma no período seco e outra no período chuvoso. É impossível chegar à
592 relevância sem esse estudo. Como está inserido na condicionante, diz que crê que está
593 contemplada a solicitação. O **Conselheiro Daniel Oliveira de Ornelas** diz entender um
594 pouco diferente porque a própria SUPRAM não acatou totalmente os estudos e a
595 manifestação do empreendedor como seria a área de influência e proteção dessas
596 cavidades. Quanto ao meio biótico, diz que foi feito de forma preliminar até
597 postergando uma análise próxima, o que seria o correto nessa fase para delimitar o
598 perímetro. Diz que não vê problema em seguir as diretrizes com estudos
599 complementares cumprindo o que determina o CECAV. Até mesmo porque a própria
600 SUPRAM para dar a solução ela não apresentou o que seriam as diretrizes desses
601 estudos. Estaria faltando a delimitação dessa área de influência. Não está definido.
602 Somente com estudos complementares seguindo as diretrizes do documento. **Vanessa**
603 **Veloso Barbosa**, diz que foi usado como critério, porque o que vai interferir na questão
604 biótica é a vegetação do entorno principalmente. Diz que no caso se considerou 250
605 metros, que é a medida prevista no CONAMA, e, dentro desses 250 metros, toda
606 vegetação que estava preservada foi considerada. Diz que seu comentário não foi
607 negando. Foi apenas para tomar cuidado, pois às vezes a condicionante já está sendo
608 prevista. Ficam duas condicionantes focando de modo diferente. O **Presidente**
609 questiona se algum Conselheiro ainda quer manifestar-se. Coloca em votação em
610 votação o item 6 da 121ª RO do COPAM. **6. Processo Administrativo para exame de**
611 **Definição do Perímetro de Proteção das Cavidades Naturais Subterrâneas da**
612 **Revalidação de Licença de Operação: (Observar as correções propostas pela**
613 **SUPRAM)**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

614 **6.1 J LX Mineração S/A** - Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou
615 sem tratamento- Montes Claros/MG - PA/Nº 00238/1993/006/2013 DNPM
616 806.656/1975 – Classe. 5. Apresentação: Supram NM.

617 O **Conselheiro Daniel Oliveira de Ornelas** se abstém. O **Presidente** informa que está
618 **Aprovado** com uma abstenção. O **Presidente** apresenta condicionante do Ministério
619 Público do Estado de Minas Gerais para o PA/Nº 00238/1993/006/2013. Redação:
620 “Apresentar estudos complementares necessários à definição das áreas de influência
621 sobre o patrimônio espeleológico presente no empreendimento, seguindo as diretrizes e
622 orientações técnicas elaboradas pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de
623 Cavernas – CECAV, especialmente aquelas contidas no documento ‘Áreas de influência
624 sobre o patrimônio espeleológico- Orientações básicas à realização de estudos
625 espeleológicos – CEPAV 2013. Prazo: 60 dias.” Coloca em votação. O **Conselheiro**
626 **Ézio Darioli** se abstém. Abstenções não identificadas na gravação. O **Conselheiro**
627 **Edvaldo Marques** diz que ficou na dúvida se o esclarecimento por parte do analista da
628 SUPRAM atendeu ou não a proposta Por isso se abstém. O **Conselheiro Juvenal**, da
629 FAEMG, se abstém. Um **Conselheiro** não identificado se abstém. O **Presidente**
630 informa que está **aprovada** com três abstenções. Agradece a presença dos Conselheiros
631 e demais pessoas e declara encerrada a reunião.

632 **7. Encerramento.**

633 Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual
634 foi lavrada a presente ata.

635

636 Esta é a síntese da reunião do dia 11 de novembro de 2015.